Portaria Interministerial MDIC/MCT nº 151, de 27.08.2002

OS MINISTROS DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR e DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA, no uso das atribuições que lhes confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no § 6º do art. 7º do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, resolvem :

Art. 1º Fica estabelecido, para o produto RESINA DE POLIESTIRENO, industrializado na Zona Franca de Manaus, o seguinte Processo Produtivo Básico:

- I - lavagem e filtragem do monômero de estireno, adição de óleo mineral e, quando aplicável, adição de borracha de polibutadieno;
- II - pré-aquecimento da carga;
- III - colocação de aditivos e polimerização da carga;
- IV - devolatilização e condensação da carga visando à eliminação de material residual;
- V - acabamento: formação de fieiras, granulação, colocação de aditivos externos, eliminação de partículas irregulares e de metais; e
- VI - eliminação de partículas finas.

§ 1º Todas as etapas do Processo Produtivo Básico acima descritas deverão ser realizadas na Zona Franca de Manaus.

§ 2º As atividades ou operações inerentes às etapas de produção poderão ser realizadas por terceiros, na Zona Franca de Manaus, desde que obedecido o Processo Produtivo Básico.

Art. 2º Para efeito do disposto nesta Portaria, considerando o ano calendário e o destino final da produção, deverá ser observado o seguinte:

I - no mínimo 70% (setenta por cento) do total produzido pela empresa no ano imediatamente anterior, em peso, deverá ser destinado aos mercados da Amazônia Ocidental e ao mercado internacional.

II - ocorrendo exportações, o percentual a que se refere o inciso anterior poderá ser reduzido ao limite de até 50% (cinquenta por cento), pela dedução do mesmo percentual da produção exportada.

§ 3º Para o primeiro ano de produção, os percentuais a que se refere este artigo serão aplicados sobre a quantidade total, prevista em projeto, para o primeiro ano de operação.

Art. 3º Sempre que fatores técnicos ou econômicos, devidamente comprovados, assim o determinarem, a realização de qualquer etapa do Processo Produtivo Básico poderá ser suspensa temporariamente ou modificada, através de portaria conjunta dos Ministros de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e da Ciência e Tecnologia.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SERGIO SILVA DO AMARAL
RONALDO MOTA SARDENBERG

Publicada no D.O.U. de 28.08.2002, Seção I, pág. 119.